



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. LUIZ MAINARDI)

DESARQUIVADO

ASSUNTO:

Penaliza os responsáveis pela deterioração de produtos alimentícios que estejam sob sua guarda e armazenagem, causada pela inobservância das medidas necessárias para sua preservação.

DESPACHO: 23.04.96: APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.060, DE 1992.

A O A R Q U I V O em 02 de maio de 1996

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 1.811 DE 1996

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.811, DE 1996

(DO SR. LUIZ MAINARDI)



Penaliza os responsáveis pela deterioração de produtos alimentícios que estejam sob sua guarda e armazenagem, causa da pela inobservância das medidas necessárias para sua preservação.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.060, DE 1992)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJE

Apense-se ao Projeto de Lei nº 3.060/92, esclarecendo
que a competência passa a ser do Plenário.

Em 23/10/96.


PRESIDENTE

(do Sr. Luiz Mainardi)

PROJETO DE LEI Nº 1811/96
do Sr. Luiz Mainardi

Penaliza os responsáveis pela
deterioração de produtos alimentícios que
estejam sob sua guarda e armazenagem,
causada pela inobservância das medidas
necessárias para sua preservação.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - Todos aqueles que,
responsáveis pela guarda e armazenagem de produtos alimentícios, em
estoques reguladores ou estratégicos, concorrerem com culpa ou dolo para o
perecimento ou perdimento para o consumo de tais produtos, incorrerão em
crime, punível com pena de reclusão de 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis)
meses.

Parágrafo único - No caso de a hipótese do *caput*
configurar-se sob estoques públicos, a pena privativa de liberdade não
isentará o agente público do ressarcimento do prejuízo causado aos cofres
públicos.

Artigo 2º - Aqueles que, frente à notória
carência de determinados produtos alimentícios, mantenham-nos
armazenados, fora do comércio, incorrerão em crime punível com pena de
reclusão de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Parágrafo único - Ficam também sujeitos à penalização estatuída no caput:

I - o agente público encarregado da identificação de estoques de produtos alimentícios que não denunciar sua existência diante da carência dos mesmos no mercado;

II - aquele que, como forma de protesto, danificar ou destruir produtos alimentícios.

Artigo 3º - Configurado o dolo, ainda que eventual, nas condutas mencionadas nos artigos 1º e 2º, aumentar-se-á, em um terço, a pena neles estipulada.

Artigo 4º - Fica vedada a concessão de financiamento, pelas instituições financeiras oficiais, aos condenados pelo disposto nesta lei.

Artigo 5º - Em se tratando de perda parcial, a autoridade fiscalizadora deverá comunicar ao Ministério Público, que buscará a medida judicial cabível a objetivar a expropriação dos produtos alimentícios ainda em condições de consumo.

Parágrafo único - Os produtos expropriados com base neste artigo destinar-se-ão prioritariamente ao Programa Comunidade Solidária ou à entidade assistencial, de âmbito local, estadual ou nacional, indicada pelo Ministério Público.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Dados mais recentes das Nações Unidas revelam que a linha de pobreza - estimativa baseada no custo de uma cesta básica capaz de garantir subsistência de uma família de quatro pessoas - no Brasil corresponderia aproximadamente a três salários mínimos. Com isso, temos que cerca de 47% da população brasileira é constituída de pobres, fato que nos coloca na incômoda quarta colocação mundial em quantidade de pobres (atrás apenas da Índia, China e Bangladesh), ainda segundo a mesma fonte.

Paralelamente, dados da CONAB, revelam o que é notório: a produção brasileira seria suficiente, com sobras, para atender a demanda da população. Diversos fatores, dentre os quais o reduzido poder aquisitivo da população, contribuem para que os alimentos produzidos não saciem os milhares de famintos. De tais fatores o **desperdício**, tanto por negligência, desídia ou por interesses especulativos, assume contornos de crime de lesa-humanidade.

A conduta desumana de deixar perecer alimentos justamente em um país de tão contundentes índices famélicos há de ser, o quanto antes, considerada crime.

Diante do inegável valor moral que fundamenta a presente proposição, estou certo de que a presente iniciativa não carecerá do imprescindível apoio para a sua final aprovação.

Sala das Sessões, de 23 de Abril 1996.

Deputado Luiz Mainardi (PT, RS)

29/04/96

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pág. 3

RELATORIO DE PROPOSIÇÕES

Protocolo = 6095

Proposição: **PL. 1811/96**

Autor: LUIZ MAINARDI - PT / RS

Data Apresentação: 23/04/96

Ementa: Projeto de lei que penaliza os responsáveis pela deterioração de produtos alimentícios que estejam sob sua guarda e armazenagem, causada pela inobservância das medidas necessárias para sua preservação.

Despacho: Apense-se ao PL. 3.060/92, esclarecendo que a competencia passa a ser do Plenário.

Encaminhado à CCP em 29/04/96



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gab. Dep. Federal Luiz Mainardi

Defiro, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do RICD, o
desarquivamento das seguintes proposições: PL's: 1149/95,
1811/96, 1952/96, 2166/96, 2240/96, 4140/98, 4810/98, PD
236/96, PRC 90/96, PEC's: 199/95, 351/96, 382/96
Publique-se.

Em 04 / 03 / 99

PRESIDENTE



REQUERIMENTO

(Do Sr. Luiz Mainardi)


Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 105, parágrafo único, do Regimento Interno da
Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições, a
seguir relacionados, que são de minha autoria:

- ✓ PL n.º 1.149/95;
- ✓ PL n.º 1.811/96;
- ✓ PL n.º 1.952/96;
- ✓ PL n.º 2.166/96;
- ✓ PL n.º 2.240/96;
- ✓ PL n.º 4.140/98;
- ✓ PL n.º 4.810/98;
- ✓ PDL n.º 236/96;
- ✓ PRP n.º 090/96;
- ✓ PEC n.º 199/95;
- ✓ PEC n.º 351/96;
- ✓ PEC n.º 382/96;

Sala das Sessões, em 03 de março de 1.999.


Deputado Federal Luiz Mainardi
PT/RS

04/03/99

La 149 autor
PL 2240/96
PEC 199/95